

## CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Lula Marques/Agência Brasil



Mauro Cid e outros servidores teriam sido usados

## Diante do golpe, como ficam os outros inquiridos?

Corre entre alguns procuradores da República uma impressão de que, diante da robustez da denúncia feita pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet, na denúncia da tentativa de golpe, e da gravidade do fato, os demais inquiridos que há contra o ex-presidente Jair Bolsonaro acabem ofuscados, e talvez nem mesmo levem a uma condenação. Bolsonaro co-

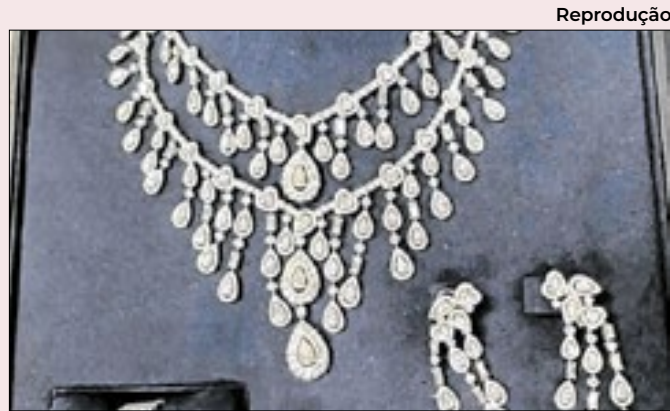
meçará a ser julgado pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) nesta terça-feira. E ele ainda responderá em algum momento por falsificação de atestado de vacina contra a covid e por venda de patrimônio público, na história das joias que recebeu de presente. Esses dois outros casos, porém, talvez sirvam para reforçar a natureza autoritária do ex-presidente.

## Poder absoluto

Uma sensação de Bolsonaro de que o poder que o mandato lhe dava seria absoluto, acima do respeito a qualquer regra. Que ele podia usar o aparelho de Estado e seus subordinados para falsificar certificado de vacina ou vender os presentes que ganhava.

## Denúncias

De qualquer modo, há no Ministério Público quem avalia que as outras duas denúncias seriam mesmo mais fracas. No caso das joias, ajuda Bolsonaro o cavalo de pau que o Tribunal de Contas da União (TCU) deu no seu entendimento quando aos presentes recebidos.



Aparelho de Estado usado para vender as joias

## Ficar com os presentes talvez seja diferente de vender

A partir de um posicionamento do ministro Jorge Oliveira, que Jair Bolsonaro indicou para o TCU, o tribunal mudou o entendimento que tinha até então. Antes, um acórdão determinava que só poderiam ficar com objetos de uso "personalíssimo". Ao julgar, porém, se o presidente Luiz Inácio Lula da Silva podia ficar ou

não com o relógio Cartier Santos que recebeu de presente do governo da França em 2005, Oliveira argumentou que não há lei específica. E que, não havendo, Lula poderia ficar com o relógio. Ora, se Lula pode ficar com o Cartier Santos, Bolsonaro poderia vender o que ganhou. Mas pode haver uma diferença.

## Uso do Estado

A diferença poderá estar no fato justamente de Bolsonaro ter usado a estrutura do Estado e seus servidores ao vender as joias que ganhou. Segundo o tenente-coronel Mauro Cid, seu ex-ajudante de Ordens, embolsando com isso cerca de R\$ 500 mil.

## Presidente

Quando tudo isso aconteceu, Bolsonaro era ainda presidente. Então, avalia-se que todas essas situações envolvendo o Estado e servidores possa agravar sua situação, mesmo que haja uma mudança de entendimento quanto à natureza da posse dos presentes recebidos.

## Venda

A venda das joias envolveu funcionários do Estado, como o próprio Mauro Cid e seu pai, o general Lourena Cid. Ou o ex-ministro de Minas e Energia Bento Albuquerque, que tentou entrar no país com as joias ganhas da Arábia Saudita sem declarar na alfândega.

## Vacina

No caso do certificado de vacina, Bolsonaro alega que nunca pediu a falsificação. E talvez Mauro Cid não tenha mesmo como provar que recebeu a ordem. Mas, aí, há outro ponto: foi a partir da vacina que o tenente-coronel viu-se abandonado. E resolveu delatar.

## Julgamento de Bolsonaro começa na terça-feira

1ª Turma avaliará se acata a denúncia de tentativa de golpe

Por Gabriela Gallo

Nesta terça-feira (25) está agendado o início do primeiro julgamento da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o indiciamento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) por suposta tentativa de golpe de Estado. De acordo com a agenda da Suprema Corte, estão agendadas uma sessão extraordinária às 9h30, uma sessão ordinária às 14h e uma nova sessão extraordinária às 9h30 de quarta-feira (26).

A Corte avaliará se aceita ou não a denúncia do procurador-geral da República (PGR), Paulo Gonet, contra o ex-presidente. Caso o Supremo aceite a acusação, será aberta uma ação penal, e o denunciado se tornará réu no processo. A segurança será reforçada nos dias 25 e 26 para, segundo a Corte, "assegurar a realização do julgamento e garantir a segurança de servidores, colaboradores, advogados e imprensa".

O julgamento será o primeiro de uma série de outros referentes aos indiciados pela PGR por tentativa de golpe de Estado.

Apesar de o procurador-geral da República, Paulo Gonet, ter citado 34 pessoas no plano, ele faturou a denúncia em cinco grupos que tinham funções diferentes. Ele dividiu as denúncias a fim de "otimizar o andamento processual" na condução dos processos no STF, especialmente para que a Primeira Turma da Suprema Corte defina o caso do ex-presidente ainda este ano, antes que comecem as disputas eleitorais de 2026.

## Núcleo duro

O primeiro grupo indiciado é o "núcleo duro" do plano. Além de Jair Bolsonaro, nesta primeira fase também serão julgados: o ex-ministro da Casa Civil e da Defesa, general Walter Braga Netto; o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, tenente-coronel Mauro Cid; ex-ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência, general Augusto Heleno; o ex-ministro da Justiça Anderson Torres; o ex-comandante da Marinha Almir Ganier Santos; o deputado fede-



Tânia Rego/Agência Brasil

Bolsonaro é acusado por Gonet de tentativa de golpe de Estado

ral e ex-diretor da Abin (Agência Brasileira de Inteligência) Alexandre Ramagem; o ex-ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira, e o ex-secretário-executivo da Secretaria-Geral da Presidência Mario Fernandes.

Além de tentativa de golpe de Estado, todos os denunciados serão julgados pelos crimes de organização criminosa armada; tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito; dano qualificado pela violência e grave ameaça contra o patrimônio da União, e com considerável prejuízo para a vítima, e deterioração de patrimônio tombado.

A Primeira Turma do Supremo é composta pelos ministros Alexandre de Moraes, Flávio Dino, Cármen Lúcia, Luiz Fux e Cristiano Zanin, que preside a turma. A defesa do ex-presidente entrou com recurso para que Zanin e Dino, ambos indicados ao cargo pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), não participassem do julgamento, pois consideraram que há risco de os magistrados não cumprirem com o critério de imparcialidade. Houve ainda recurso de Braga Netto contra a presença de Moraes no julgamento, por entender que, por constar na investigação a denúncia de um plano de assassinato contra ele, o ministro

teria se tornado parte do processo.

Quando era ministro da Justiça do governo Lula, Dino protocolou uma queixa-crime contra Bolsonaro. Já no caso de Zanin, os advogados de Bolsonaro alegaram que o ministro foi advogado da campanha de Lula e entrou com ações contra a chapa de Bolsonaro nas eleições de 2022. Na última quinta-feira (20) os ministros recusaram os recursos, após votarem em plenário virtual. O único ministro a votar a favor do afastamento foi André Mendonça. Mesmo o outro ministro indicado por Bolsonaro, Nunes Marques, foi contrário.

## Congresso

O julgamento no STF é, assim, o principal tema da agenda da semana na Esplanada dos Ministérios. Nesta semana os presidentes da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), acompanharão o presidente Lula em viagem ao Japão e ao Vietnã. Diante disso, as chances de ambas as Casas votarem projetos de grande porte nos plenários são baixas. Porém, as atividades em plenário não estarão paralisadas.

Nesta terça-feira, à partir das 10h, a Comissão de Educação do Senado segue as discussões acerca do Projeto de Lei (PL) 2614/2024

## Lula viaja ao Japão para tentar acordo para Mercosul

Por Gabriela Gallo

Nesta semana, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) estará viagem ao Japão e ao Vietnã. Ele aterriza em território japonês nesta segunda-feira (24) e na sexta-feira (28) seguirá para o Vietnã. Na programação prevista em sua agenda no Japão, o presidente negociará a abertura do mercado japonês para a carne bovina brasileira. Além disso, tentará avançar nas negociações para um acordo comercial entre o Japão e o Mercosul. Já no Vietnã, o governo visa elevar o país ao nível de Parceiro Estratégico do Brasil, uma relação superior à que os dois países mantêm atualmente. Dentre os países do Sudeste Asiático, apenas a Indonésia é um parceiro estratégico do Brasil.

Além de ministros, também viajaram na comitiva presidencial os presidentes da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP). Os antigos presidentes de ambas as Casas, deputado Arthur Lira (PP-AL) e senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), também embarcaram para os países asiáticos.

## Relações

Esta é a primeira viagem inter-



Antonio Cruz/ Agência Brasil

Primeiro-ministro do Japão esteve no Brasil em 2024

nacional do presidente brasileiro desde sua recuperação plena após drenar um edema cerebral, tal como a primeira viagem internacional desde que o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (partido republicano), foi eleito. Desde que assumiu, Trump vem realizando promessas de campanha e vem adotando uma política tarifária protecionista, aplicando elevadas alíquotas na importação de produtos estrangeiros. No caso do Brasil, o aço e o alumínio foram taxados em 25%, o que gerou uma série de trocas de farpas entre os presidentes de ambos os países.

Ao Correio da Manhã, a advogada especialista em direito internacional Hanna Gomes destacou que a viagem "é um movimento estratégico do Brasil para expandir a presença do país na Ásia".

"[A Ásia], que é um mercado em crescimento e representa uma oportunidade de diversificação para as commodities brasileiras e reduzir a dependência dos Estados Unidos, diante do atual cenário de instabilidade e insegurança", declarou Hanna.

## Carne Bovina

Ela completou que a viagem "sinaliza que a política protecionista americana não vai frear o Brasil, na tendência de buscar novos parceiros comerciais", especialmente se o governo brasileiro conseguir firmar acordos de exportação de carne bovina com o governo japonês.

"Em específico, um acordo sobre a exportação de carne bovina para o Japão representa significativos ganhos para o Brasil e para o Mercosul, considerando

que institui o novo Plano Nacional de Educação Plano (PNE), que determinará objetivos, metas e estratégias para a educação do país nos próximos dez anos. Na audiência pública, serão ouvidos representantes do Ministério da Educação, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

Ainda na terça-feira, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Bets ouvirá o depoimento do empresário e ex-apostador André Holanda Rodrigues Rolim, um viciado em jogos de azar (ludopata) em recuperação. A proposta é que o empresário conceda um depoimento como ex-apostador, ressaltando os riscos que as apostas podem trazer para a saúde mental e financeira das pessoas. O empresário foi convocado por um requerimento do senador Dr. Hiran (PP-RR). Na avaliação do parlamentar, a falta de mecanismos eficazes para a proteção aos consumidores faz com que, "na esteira da propagação do mercado bet" (casas de apostas digitais), cresça a dependência de jogos de azar on-line. Dessa forma, para prevenir isso, ele cita a implementação de limites para apostas, promoção de campanhas de conscientização sobre os riscos e a oferta de suporte e tratamento aos indivíduos viciados em jogo.

Além disso, nesta quinta-feira (27) 19 mulheres de diferentes áreas receberão o prêmio Diploma Bertha Lutz, premiação entregue a mulheres que se destacam na luta pelos direitos femininos e na promoção da igualdade de gênero. As homenageadas são representantes da política, da ciência, do Judiciário, da cultura (dentre elas, as atrizes Fernanda Montenegro e Fernanda Torres, protagonistas de "Ainda Estou Aqui", que ganhou o Oscar de melhor filme estrangeiro), do ativismo social e do empreendedorismo. A cerimônia acontecerá no plenário do Senado, à partir das 10h.

o volume e a qualidade da nossa produção, e isso pode refletir no comércio de outros produtos, facilitando novos e diversificados acordos comerciais", reforçou a advogada.

Segundo informações do Palácio do Itamaraty, um dos objetivos é firmar um compromisso político do Japão para que envie ao Brasil uma missão técnica das autoridades sanitárias japonesas para inspecionar as condições da produção de carne bovina do país. A medida é um passo necessário para que o Brasil tenha acesso ao mercado de carne bovina japonês. Em maio do ano passado, o primeiro-ministro japonês, Fumio Kishida, esteve no Brasil para se encontrar com Lula e, no encontro, o brasileiro reforçou a reivindicação para ter acesso ao mercado de carne bovina – mercado que o Brasil tenta se integrar desde 2006, sem sucesso, segundo o Ministério de Relações Exteriores.

Por questões geográficas do território japonês, o país importa 70% da carne bovina que consome, o equivalente a US\$ 4 bilhões de dólares ao ano. Desse total, atualmente, 80% são importados dos Estados Unidos e da Austrália, históricos aliados do país asiático.